

Terapia da moralidade

Saúde Pública

24 JUN 1996

JOSÉ PAULO GOULART

Pouca gente conhece melhor os problemas da saúde pública no Brasil do que, obviamente, os trabalhadores na saúde. São eles que diariamente partilham com os pacientes, dentro das instituições hospitalares, da precariedade do atendimento médico. Por isso mesmo, podem atestar que a maior parte dos recursos do SUS não chega aos pacientes públicos, que enfrentam diariamente filas desumanas, atendimento em corredores e falta de medicamentos.

Para oferecer um atendimento precaríssimo à população, os hospitais conveniados recebem verdadeiras fortunas. Com o imposto do cheque, o Ministério da Saúde receberá um aporte extra de quase US\$ 6 bilhões, o que equivale a 50% de toda a verba anual. E fica a indagação: existe a mais longínqua chance de que a saúde pública melhore neste percentual? No Brasil, gasta-se menos de US\$ 100 por habitante com saúde. Sem dúvida é muito pouco, mas tem de se relevar o fato de que as classes média e alta já buscaram guarida no guarda-chuva dos planos de saúde privada e não utilizam a rede pública. Quem realmente precisa do atendimento público é quem está abandonado à mingua.

Como é do conhecimento públi-

co, o Ministério da Saúde vem pagando milhares de internações suspeitas de fraude, bastando para tanto que a conta rejeitada seja justificada, mesmo com argumentos impróprios. É como se um erro quisesse justificar o outro. Como a tabela paga pelo SUS é irrisória, muitos hospitais se acham no direito de falsificar todo tipo de atendimento, além do sexo e idade do paciente, para faturar mais. E o Ministério se acha no dever de pagar. Do total arrecadado pelo imposto do cheque, calcula-se que US\$ 2,8 bilhões sejam destinados ao reembolso dos hospitais e médicos conveniados, montante significativo que certamente não melhorará o atendimento prestado. Isso sem levar em conta que as verbas destinadas à saúde são desviadas, como aconteceu o ano passado com R\$ 3,5 bilhões.

Nota-se com a realidade atual que a sangria dos recursos públicos não conhece limites. Por isso mesmo, não adianta criar uma contribuição provisória para tentar salvar a saúde, como propõe o ministro Adib Jatene. Será, na verdade, uma forma de alimentar a instituição da fraude neste País, dar-lhe sangue novo, quando toda sociedade civil vem demonstrando sua repulsa à corrupção. A luta dos trabalhadores

na saúde está na melhoria do sistema, que não vem conseguindo fazer o básico - salvar vidas.

Mais do que a CPMF, o Brasil precisa no momento de uma terapia de choque contra a malversação do dinheiro público. Os donos dos hospitais e os secretários estaduais da saúde não podem continuar sustentando um lobby que só vem prejudicando a população de baixa renda. É imoral e injusto para com os doentes, que morrem sem ou com péssimo atendimento nos hospitais, pagar contas rejeitadas, como vem fazendo o Ministério da Saúde.

Quando em julho do ano passado, os trabalhadores da Saúde decidiram rejeitar o apoio à CPMF, estavam dizendo "não" ao imposto e "sim" para a saúde e ao drama vivido pela população de mais baixa renda, os chamados pacientes públicos. O problema da saúde no Brasil não se resolverá apenas com dinheiro. É fundamental equacionar os recursos já existentes, melhorando e universalizando o atendimento. Igualmente é fundamental acabar com a convivência a todas as formas de corrupção na rede pública de saúde. Esta será, sem dúvida, a mais saudável terapia para o caso brasileiro.

■ José Paulo Goulart é vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.